

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI 14.133/2021 E NORMATIVOS INFRALEGAIS

1- OBJETO

Tem por objeto a aquisição de óculos de grau (armação e lentes), que serão fornecidos aos munícipes que se encontram em vulnerabilidade social, através de laudo prescrito por médico oftalmologista.

Quantidade	Un. medida	Objeto	Descrição
100	Pares	Lente para óculos de grau	CR Visão simples
100	Pares	Lente para óculos de grau	Multifocal
200	Unidade	Armação para óculos	Acetato

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

A Secretaria Municipal de Assistência Social, no exercício de suas atribuições de proteção social e atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, identificou a necessidade de aquisição de óculos de grau, compostos por armação e lentes corretivas, para atendimento dos usuários contemplados pelos Benefícios Eventuais, conforme critérios estabelecidos pela legislação vigente e regulamentação municipal.

A deficiência visual não corrigida pode comprometer significativamente a qualidade de vida dos indivíduos, dificultando o acesso à educação, ao trabalho, à convivência familiar e comunitária, bem como à realização das atividades cotidianas. A disponibilização de óculos de grau constitui medida indispensável para promover a inclusão social, a autonomia e a melhoria das condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Muitas famílias atendidas pela política de Assistência Social não possuem condições financeiras de arcar com os custos da aquisição de óculos prescritos por profissional habilitado, o que pode agravar situações de exclusão social e limitar o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional dos beneficiários.

Dessa forma, a aquisição de óculos de grau visa assegurar o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, garantindo proteção social, dignidade humana e acesso a condições mínimas para o exercício da cidadania, em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Lei Orgânica

da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e das normativas que regulamentam a concessão dos Benefícios Eventuais.

A contratação pretendida contribuirá para a efetivação dos direitos socioassistenciais, promovendo melhores condições de inclusão social e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários atendidos pela rede municipal de assistência social

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)

A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de óculos de grau completos, compreendendo armação e lentes corretivas, destinados ao atendimento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e contempladas pelos Benefícios Eventuais, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente e regulamentação municipal.

O fornecimento deverá ocorrer mediante apresentação de prescrição oftalmológica válida, emitida por profissional habilitado, observando as especificações técnicas necessárias para a adequada correção visual de cada beneficiário. Os óculos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade, segurança, durabilidade e conforto, garantindo a efetividade do benefício concedido.

A contratação abrangerá, quando necessário, a escolha da armação pelo beneficiário dentre as opções disponibilizadas pela contratada, a confecção das lentes conforme a prescrição médica e a entrega dos óculos devidamente montados e ajustados para uso.

A solução proposta busca assegurar o acesso à correção visual para usuários que não possuem condições financeiras de custear a aquisição dos óculos, contribuindo para a promoção da inclusão social, melhoria da qualidade de vida, fortalecimento da autonomia pessoal e ampliação das oportunidades educacionais, profissionais e de convivência comunitária.

Dessa forma, a contratação apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo eficiência na execução dos Benefícios Eventuais e efetividade na proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem por objeto o fornecimento de óculos de grau completos, compostos por armações e lentes corretivas, destinados ao atendimento de munícipes em situação de vulnerabilidade social, previamente avaliados e encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio dos Benefícios Eventuais.

Para a adequada execução do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - A contratada deverá fornecer óculos de grau confeccionados de acordo com as prescrições oftalmológicas emitidas por profissional legalmente habilitado e apresentadas pelos beneficiários encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

II - As armações ofertadas deverão possuir qualidade, resistência, conforto e durabilidade compatíveis com o uso contínuo, disponibilizando opções adequadas para públicos infantil, juvenil, adulto e idoso, quando necessário.

III - As lentes deverão ser confeccionadas em conformidade com as especificações constantes na receita oftalmológica, garantindo precisão na correção visual e observância das normas técnicas aplicáveis.

IV - A contratada deverá disponibilizar estrutura de atendimento adequada para recepcionar os beneficiários encaminhados pelo Município, possibilitando a escolha das armações, a conferência das prescrições, a entrega dos produtos e a realização dos ajustes necessários.

V - O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante autorização de fornecimento e apresentação da respectiva prescrição oftalmológica.

VI - Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, livres de defeitos, vícios ou imperfeições que possam comprometer sua utilização.

VII - A contratada deverá assegurar garantia contra defeitos de fabricação das armações e lentes pelo prazo mínimo estabelecido no contrato, responsabilizando-se pela substituição ou correção dos produtos que apresentarem irregularidades durante o período de garantia.

VIII - A entrega dos óculos deverá ocorrer dentro do prazo estipulado pela Administração, contados da data de apresentação da autorização de fornecimento e da receita oftalmológica.

IX - A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

X - Todos os custos relacionados ao fornecimento do objeto, incluindo materiais, fabricação, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas necessárias à execução contratual, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

XI- A execução do objeto deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, qualidade, continuidade do atendimento e interesse público, garantindo o adequado atendimento aos usuários encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Não será admitido o fornecimento de produtos usados, recondicionados, remanufaturados ou que não atendam às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, mediante emissão de autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

Os óculos de grau serão destinados aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e contemplados pelos Benefícios Eventuais, observados os critérios e procedimentos estabelecidos pela legislação municipal e pelas normas da política de assistência social.

Para a confecção dos óculos, o beneficiário deverá apresentar prescrição oftalmológica válida, emitida por profissional legalmente habilitado, contendo as especificações necessárias para a fabricação das lentes corretivas.

A contratada deverá disponibilizar opções de armações adequadas ao público atendido, observando padrões mínimos de qualidade, resistência e conforto, possibilitando a escolha pelo beneficiário dentre os modelos disponibilizados.

Após a apresentação da prescrição oftalmológica e da autorização emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, a contratada deverá proceder à confecção e montagem dos óculos, realizando a entrega em perfeitas condições de uso, devidamente ajustados às necessidades do usuário.

O prazo para entrega dos óculos será de até **15 (quinze) dias úteis** após a apresentação da autorização de fornecimento e da respectiva receita oftalmológica, podendo ser ajustado conforme a necessidade da Administração e a complexidade da prescrição.

Os produtos fornecidos deverão atender às especificações constantes no Termo de Referência, observando padrões de qualidade, durabilidade e segurança, sendo vedado o fornecimento de produtos usados, recondicionados ou em desacordo com as características exigidas.

No ato da entrega, os óculos serão submetidos à conferência pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por servidor designado, que verificará a conformidade entre a prescrição oftalmológica, as especificações contratadas e o produto efetivamente entregue.

Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos de fabricação, incompatibilidade com a prescrição médica ou qualquer desconformidade com as exigências contratuais, a contratada deverá promover a substituição ou correção do produto, sem ônus para a Administração ou para o beneficiário, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da notificação.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, que registrará as ocorrências e adotará as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com os princípios e disposições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, visando assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada e a adequada execução do objeto.

A Administração designará formalmente um gestor do contrato e, quando necessário, um ou mais fiscais de contrato, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual, observadas as atribuições previstas na legislação vigente.

Compete ao gestor do contrato coordenar as atividades relacionadas à execução contratual, promover o acompanhamento dos resultados, analisar solicitações da contratada, controlar os prazos de vigência e adotar as providências necessárias para assegurar a regular execução do ajuste.

Ao fiscal do contrato caberá verificar o efetivo fornecimento dos óculos de grau, a conformidade dos produtos entregues com as especificações constantes no Termo de Referência, o cumprimento dos prazos estabelecidos, a qualidade dos materiais fornecidos e a observância das demais obrigações contratuais.

O recebimento dos produtos será realizado mediante conferência das especificações constantes na autorização de fornecimento e na prescrição oftalmológica apresentada pelo beneficiário, sendo verificada a compatibilidade das lentes, armações e demais características exigidas.

Toda ocorrência relacionada à execução contratual deverá ser registrada em documento próprio, inclusive eventuais atrasos, falhas, defeitos ou descumprimentos das obrigações assumidas pela contratada, para fins de adoção das medidas administrativas cabíveis.

Constatada qualquer irregularidade na execução do objeto, a contratada será formalmente notificada para promover a correção ou substituição do produto fornecido, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação pertinente, quando cabíveis.

O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar esclarecimentos, documentos e informações que julgarem necessários para a adequada fiscalização da execução contratual, devendo a contratada atender prontamente às solicitações formuladas.

Os pagamentos somente serão realizados após o recebimento definitivo dos produtos e a certificação, pelo fiscal do contrato, de que o fornecimento ocorreu em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

A gestão contratual observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, buscando garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma adequada e que os beneficiários recebam os produtos com a qualidade e as condições necessárias ao atendimento de suas necessidades

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada por meio da verificação do efetivo fornecimento dos óculos de grau completos (armação e lentes), conforme as autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e as respectivas prescrições oftalmológicas apresentadas pelos beneficiários.

Para fins de recebimento, será considerado como unidade de medida cada óculos de grau fornecido e entregue em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, observando-se os requisitos de qualidade, segurança, funcionalidade e adequação à prescrição médica.

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos óculos, mediante conferência preliminar das condições aparentes do produto. O recebimento definitivo será realizado após a verificação da conformidade das armações, lentes e demais especificações exigidas, mediante ateste do fiscal do contrato.

Somente serão considerados aptos para pagamento os produtos efetivamente entregues, aceitos e atestados pela fiscalização, não sendo devido pagamento por itens recusados, entregues em desacordo com as especificações ou que apresentem defeitos de fabricação.

O pagamento será efetuado de forma parcelada, de acordo com as entregas realizadas, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato,

acompanhada dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos pela legislação vigente.

O prazo para pagamento será de até 15 (quinze) **dias**, contados da data do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da documentação exigida, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

Caso sejam identificadas inconsistências na Nota Fiscal, irregularidades na documentação apresentada ou inconformidades na execução do objeto, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização das pendências, sem ônus para a Administração.

Os pagamentos serão realizados por meio de transferência bancária em conta corrente de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade aplicada, inadimplência contratual ou descumprimento de obrigação prevista no contrato, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

A Administração reserva-se o direito de glosar, total ou parcialmente, valores referentes a produtos fornecidos em desacordo com as especificações contratadas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

Considerando que o atendimento com fornecimento de óculos de grau destina-se a munícipes em situação de vulnerabilidade social, previamente avaliados e encaminhados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, a futura contratação deverá contemplar empresa que possua estrutura operacional adequada para assegurar o atendimento integral dos beneficiários.

A contratada deverá disponibilizar ponto de atendimento, estabelecimento comercial ou estrutura de apoio compatível com a execução do objeto, possibilitando aos usuários o acesso aos serviços necessários para a correta prestação do atendimento, incluindo a escolha das armações, a conferência das prescrições oftalmológicas, a entrega dos óculos confeccionados, a realização de ajustes e adaptações quando necessários e o atendimento pós-fornecimento.

A exigência justifica-se pela natureza do objeto, que demanda acompanhamento presencial dos beneficiários para garantir a adequada adaptação dos produtos às necessidades individuais de cada usuário, assegurando a efetividade do benefício concedido e a correta aplicação dos recursos públicos.

A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição, reparo ou correção de eventuais defeitos de fabricação constatados nas armações ou lentes durante o período de garantia contratual, sem ônus para a Administração ou para o beneficiário.

Deverá ser assegurada garantia mínima das armações e das lentes pelo período estabelecido no instrumento contratual, abrangendo defeitos de fabricação e vícios que comprometam a utilização adequada dos produtos, observadas as condições normais de uso.

A Administração poderá exigir, como condição de habilitação ou execução contratual, a comprovação da disponibilidade da estrutura necessária para atendimento dos beneficiários, sempre que devidamente justificado no processo administrativo e em observância aos princípios da competitividade, da razoabilidade e da busca da proposta mais vantajosa.

O critério de julgamento será o de menor preço, desde que atendidas integralmente as especificações do objeto e os requisitos de habilitação estabelecidos no processo de contratação.

9 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor total da contratação é de aproximadamente R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), tendo como base os valores praticados em contratações anteriores realizadas pela Administração, bem como pesquisas de mercado e parâmetros compatíveis com o objeto pretendido. Tal estimativa tem por finalidade subsidiar o planejamento da contratação e a reserva dos recursos orçamentários necessários, podendo ser ajustada após a realização da pesquisa de preços e demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação para o fornecimento de óculos de grau, compreendendo armações e lentes corretivas, destinados ao atendimento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento

vigente do Município, vinculadas às ações, programas, projetos e benefícios da Política Municipal de Assistência Social através da unidade orçamentária Benefícios Eventuais

A Administração Municipal adotará as medidas necessárias para assegurar a disponibilidade orçamentária e financeira durante toda a execução contratual, observando os princípios do planejamento, da responsabilidade fiscal, da eficiência, da economicidade e da continuidade dos serviços públicos.

Caso necessário, poderão ser promovidas suplementações, remanejamentos ou adequações orçamentárias, observadas as disposições da legislação vigente, bem como os instrumentos de planejamento orçamentário do Município, especialmente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A contratação somente será formalizada mediante a comprovação da existência de dotação orçamentária suficiente e da emissão da respectiva Nota de Empenho, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no Edital, no Termo de Referência e no Contrato:

I - Fornecer os óculos de grau (armações e lentes) em conformidade com as especificações, quantidades, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada.

II - Disponibilizar estrutura de atendimento adequada para recepcionar os beneficiários encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo condições apropriadas para escolha das armações, conferência das prescrições oftalmológicas, entrega dos produtos e realização de ajustes necessários.

III - Confeccionar as lentes corretivas rigorosamente de acordo com as prescrições oftalmológicas apresentadas pelos usuários e autorizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

IV - Entregar os óculos devidamente montados, ajustados e em perfeitas condições de uso, observando os prazos estabelecidos no Termo de Referência e/ou instrumento contratual.

V - Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos produtos fornecidos, bem como pelos materiais empregados em sua fabricação e montagem.

VI - Substituir, corrigir, refazer ou reparar, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios, inconformidades com a prescrição oftalmológica ou qualquer irregularidade constatada pela fiscalização.

VII - Garantir assistência pós-fornecimento, realizando ajustes necessários nas armações e demais adequações indispensáveis à correta utilização dos óculos pelos beneficiários.

VII - Assegurar garantia mínima para as armações e lentes fornecidas, conforme prazo estabelecido no contrato, responsabilizando-se pela correção ou substituição dos produtos que apresentarem defeitos de fabricação durante o período de garantia.

IX - Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

X - Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento do objeto, incluindo materiais, mão de obra, transporte, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros e demais despesas necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

XI - Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato ou circunstância que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou a adequada execução do objeto.

XII - Atender prontamente às solicitações, notificações e determinações emitidas pela fiscalização do contrato.

XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração.

XIV - Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como as demais normas aplicáveis à execução do objeto contratado.

XV - Responder civil, administrativa e legalmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de falhas, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades na execução do objeto.

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais previstas na legislação vigente, no Edital, no Termo de Referência e no Contrato:

I - Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa executar o objeto contratual de forma adequada e eficiente.

II - Encaminhar à Contratada os beneficiários previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, acompanhados da respectiva prescrição oftalmológica válida, emitida por profissional habilitado.

III - Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato por meio de servidor formalmente designado, registrando as ocorrências e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das condições pactuadas.

IV - Verificar a conformidade dos produtos fornecidos com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, recusando aqueles que não atendam aos requisitos de qualidade, segurança e adequação à prescrição oftalmológica apresentada.

V - Notificar formalmente a Contratada sobre quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades constatadas na execução do objeto, concedendo prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis.

VI - Receber os produtos fornecidos provisória e definitivamente, após a verificação do atendimento das exigências contratuais e legais.

VII - Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nos prazos e condições estabelecidos no contrato, após a comprovação da regular execução do objeto e o devido ateste da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

VIII - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, o Termo de Referência, a proposta apresentada e a legislação aplicável.

IX - Aplicar as sanções administrativas cabíveis nos casos de descumprimento das obrigações contratuais, observados o contraditório e a ampla defesa.

X - Prestar à Contratada as informações e esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento do objeto contratado.

XI - Comunicar à Contratada, em tempo hábil, quaisquer alterações ou situações que possam impactar a execução contratual.

XII - Zelar pela correta utilização dos recursos públicos, assegurando que os benefícios sejam concedidos aos usuários que atendam aos critérios estabelecidos pela legislação e pelas normas da Política Municipal de Assistência Social.

XIII - Observar e cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à gestão e fiscalização dos contratos administrativos.

13 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou a contratada que cometer as infrações previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14 – SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

Nos termos do art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise dos possíveis impactos ambientais relacionados à presente contratação.

15 – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, ou até o esgotamento do saldo contratual, prevalecendo o evento que ocorrer primeiro.

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, observados os quantitativos estimados e o limite financeiro contratado.

Uma vez atingido o valor total contratado, o contrato será automaticamente encerrado, ainda que não tenha expirado o prazo de vigência estabelecido.

18- CONCLUSÃO TÉCNICA

Após a análise da necessidade administrativa, das condições de atendimento da população em situação de vulnerabilidade social e das alternativas disponíveis para suprir a demanda, conclui-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento de óculos de grau, compreendendo armações e lentes corretivas, mostra-se adequada, necessária e compatível com o interesse público.

A contratação permitirá atender usuários encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante avaliação técnica e observância dos critérios estabelecidos para concessão dos Benefícios Eventuais, contribuindo para a promoção da inclusão social, da autonomia, da qualidade de vida e do acesso a direitos básicos.

Verifica-se que a solução proposta apresenta viabilidade técnica, operacional e orçamentária, atendendo às necessidades da Administração Pública e proporcionando condições adequadas para a execução do objeto com eficiência, economicidade e efetividade.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento dos procedimentos administrativos necessários à realização do processo licitatório e à futura contratação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

TARUMÃ, 11 DE JUNHO DE 2026

Edna Cristina da Silva
Supervisora de Programas
Prefeitura Municipal de Tarumã